

Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

PROCURADORIA JURÍDICA

Barueri, 05 de agosto de 2025

PARECER JURÍDICO

088/2025



Fis. Nº	03
Proc. Nº	2372/2025

De: Procuradoria Jurídica.

Para: Presidente, Secretaria Legislativa, Comissão de Justiça e Redação, Comissão de Finanças e Orçamento.

Ref.: PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 015/2025.

Autoria: EXECUTIVO MUNICIPAL.

Dispõe sobre:

"ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 403, DE 28 DE JUNHO DE 2017, QUE ESTRUTURA O SISTEMA DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE BARUERI.

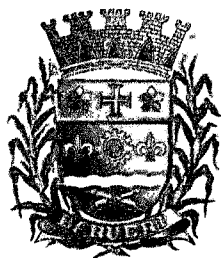
Considerações iniciais

Trata-se de Projeto de Lei Complementar de autoria do Chefe do Poder Executivo que tem por fim alterar dispositivos da Lei Complementar nº 403, de 28 de junho de 2017, que reestrutura o Sistema da Administração Municipal de Barueri.

A Lei Orgânica expressamente prevê constituir competência do município "dispor sobre a organização e execução dos serviços públicos" (consoante a alínea 'd', do inciso I, do artigo 13), bem como ser da competência do Prefeito legislar sobre: "criação, extinção, estruturação e atribuições das Secretarias ou Departamentos equivalentes e órgãos da administração Pública", conforme inciso III, do art. 60).

Assim, a presente propositura encontra arrimo na legislação local, uma vez que a sua pretensão é realizar alteração pontual na nomenclatura de determinados órgãos da Secretaria da Família.





Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

P R O C U R A D O R I A J U R Í D I C A

A esse propósito importante destacar entendimento jurisprudencial externado pelo Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo, que, a despeito de tratar de data comemorativa, **evidencia a competência legislativa reservado ao executivo, no que se refere a iniciativa de lei sobre “estrutura/atribuição de órgãos do executivo”**. Veja-se:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - Art. 3º, da Lei nº 4.164, de 07 de março de 2024, do Município de Andradina/SP, que “Inclui a ‘Festa da Mandioca’ no Calendário Oficial de Eventos do Município de Andradina, SP”. Alegado vício de iniciativa parlamentar - Não ocorrência - Matéria que não trata da estrutura/atribuição de órgãos do executivo, ou dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos. (...) - Ação direta julgada improcedente.¹

Fls. Nº	04
Proc. Nº	2372/2025

Portanto, ao pretender ampliar as competências da Secretaria de Governo, o Chefe do Poder Executivo atua dentro da esfera local, notadamente munido da sua competência legislativa exclusiva, não havendo qualquer impedimento para prosseguimento de tal pretensão.

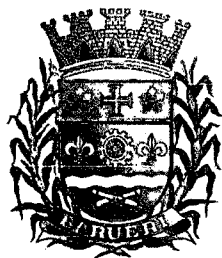
Da alteração da Lei

De acordo com a Lei e Introdução às Normas e Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942), *não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue; e a lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior. (caput e §1º, o artigo 2º).*

A revogação da lei pode ser parcial ou total, quando parcial denomina-se derrogação, que é quando apenas parte da lei é extinta, quando se tratar de revogação total, com a extinção por completo da lei, dá-se o nome de ab-rogação.

¹ ADIN.Nº: 2393489-47.2024.8.26.0000





Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

PROCURADORIA JURÍDICA

No presente caso, a alteração tem por escopo derogar expressa e parcialmente a lei complementar nº 403 de 28 de junho de 2017, isso porque pretende apenas modificá-la, mantendo a respectiva vigência.

A par disso, para a revogação da lei, deve-se observar as mesmas regras legislativas necessárias à sua criação, tais como o quórum de aprovação, forma de votação e apreciação pelas mesmas comissões legislativas, de acordo com sua natureza.

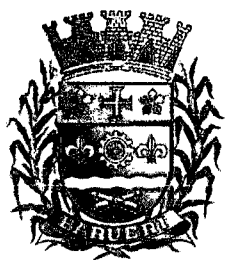
Fls. Nº	05
Proc. Nº	2372/2025

Considerações finais

Assim, a proposição, atende aos requisitos legais de **competência** (artigo 12, artigo 13, inciso I, alíneas "g" e artigo 19, inciso III, alínea "e", todos da Lei Orgânica do Município de Barueri - LOMB), **iniciativa** e **admissibilidade** (artigo 58, 'caput', artigo 60, inciso II, ambos da LOMB; artigo 135, parágrafo único, inciso III, do Regimento Interno - RI), não havendo óbice à sua regular tramitação, devendo ser observado o processo legislativo a seguir:

- a) **Parecer da Comissão de Justiça e Redação** (artigo 50, § 1º, do RI);
- b) **Parecer da Comissão de Finanças e Orçamento** (artigo 50, § 2º, do RI);
- c) **Discussão Única** (artigo 47 da LOMB e artigo 173, § 2º, do Regimento Interno);
- d) **Quórum de maioria absoluta dos membros da CMB** (artigo 50, inciso I, alínea "e" e art. 58, parágrafo único, da LOMB e artigo 185, inciso VI, do RI);
- e) **Votação Nominal** (artigo 189, §3º, alínea "c", do RI).





Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

PROCURADORIA JURÍDICA

Sugere-se, à Comissão de Justiça e Redação para que, nos termos regimentais, verifique a concordância e a pertinência da pontuação utilizada.

S.m.j., este é o Parecer que emerge desta Procuradoria Jurídica.

LUCAS RAFAEL NASCIMENTO

Procurador-geral da Câmara

OAB/SP nº 264.968

Fls. Nº	06
Proc. Nº	2372/2025

A Secretaria Diretoria-geral – por meio de sua Assessoria – no uso de suas respectivas atribuições, notadamente em relação a prestação de assessoria à Mesa Diretora e ao Presidente da Câmara, DÁ-SE POR CIENTE dos termos deste Parecer.

MARCOS PEREIRA SILVA

Assessor da Secretaria Diretoria-geral

